

A fiscalização do FMI pode criar divergência no acordo com bancos

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

Um dos pontos delicados da próxima fase de renegociação da dívida externa com os bancos privados, a ser retomada com a viagem aos Estados Unidos, nesta, semana do presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, que acompanha o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, é a exigência que está sendo apresentada por alguns credores de que o Fundo Monetário Internacional (FMI) continue fiscalizando a economia brasileira mesmo depois de encerrado o programa de ajustamento, em princípio marcado para este final de ano.

A preocupação dos bancos privados é compreensível: estuda-se um acordo plurianual com essas instituições que pode estender-se por dezesseis anos, enquanto a supervisão do FMI sobre a economia brasileira termina muito antes. Alguns bancos privados, nesse contexto, teriam mesmo já apresentado ao BC sua pretensão de que o Brasil continue elaborando cartas de intenção, com metas definidas para o desempenho da sua economia, enquanto perdurar o acordo com os credores externos, segundo fontes do banco.

Lemgruber provavelmente viaja ainda esta noi-

Bankers Trust/Iochpe — O presidente do conselho de administração do Bankers Trust Co, Alfred Brittain III, chegou ontem a Porto Alegre para uma visita ao Banco Iochpe de Investimentos, cuja associação foi concluída no mês de janeiro deste ano.

Em rápido contato com a imprensa, ele disse ser ainda "muito prematura" qualquer avaliação sobre as perspectivas de negociação da dívida externa brasileira. De qualquer forma, Brittain III expressou otimismo quanto a conquista de condições mais favoráveis por parte dos negociadores brasileiros.

te para os Estados Unidos, pois, segundo uma fonte governamental, teria sido dispensado de acompanhar Dornelles na sua exposição, amanhã, no Congresso Nacional. O presidente do BC será assessorado por seis funcionários do banco: Carlos Eduardo de Freitas, diretor da Área Externa, Carlos Tadeu de Freitas, chefe de gabinete da presidência, Sílvio Rodrigues Alves, chefe do Departamento Econômico, Flávio Ramos, chefe do Departamento Jurídico (que já está em Nova York), e mais dois técnicos da área internacional. Dornelles não deverá encontrar-se com William Rhodes, coordenador do comitê de renegociação dos bancos privados, tarefa que ficaria exclusivamente com Lemgruber. Essa decisão, ainda segundo essa fonte governamental, demonstraria a intenção das autoridades de que os entendimentos com os bancos fiquem apenas com o Banco Central.

MISSÃO DIFÍCIL

"A priori", a missão brasileira viaja com a certeza de que será difícil fechar os acordos com o FMI e com os bancos privados a curto prazo. Por isso mesmo, já se considera certo que será necessária uma nova prorrogação do acordo provisório com os bancos privados —, que termina no próximo dia 31 — que tem permitido a rolagem da dívida pelos termos da Fase II do processo de renegociação. Existe uma esperança remota de que o FMI dê seu sinal verde para uma nova carta de intenções do Brasil ainda neste mês, mas mesmo nessa hipótese teria de haver uma prorrogação do acordo provisório, porque todos os setecenta bancos credores do País precisam assinar formalmente o novo acordo.

Pelo esquema adotado por Lemgruber, em que a presidência do BC é ocupada em cada viagem sua ao exterior por um dos diretores, em rodízio, desta vez será Iran Siqueira Lima, diretor de Fiscalização.